



# RESPOSTA DA SADC À PANDEMIA DA COVID-19

Relatório sobre a pandemia da Covid-19

Boletim nº 5

**#COVID19SADC**

## ÍNDICE GERAL

	Page
Sumário Executivo .....	3
1.0 Situação Global .....	4
2.0 Situação no Continente Africano e na Região da SADC .....	4
3.0 Resumo da Situação epidemiológica nos Estados-Membros da SADC .....	4
4.0 Critérios Para o Levantamento Global das Medidas Sociais e de Saúde Pública Recomendados pela oms .....	5
5.0 Flexibilização de Medidas de Confinamento: Reequilíbrio entre Salvar vidas e Relançar a Economia .....	6
6.0 Orientações da onu Sobre a Resposta Socioeconómica e a Recuperação .....	6
7.0 Perspectivas Sociais e Económicas .....	6
8.0 Reforçar a Conectividade na Região da SADC .....	7

## SOBRE A SADC

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é uma organização fundada e apoiada por países da África Austral que visa promover a cooperação socioeconómica, política e de segurança a nível dos seus membros e fomentar a integração regional, a fim de alcançar a paz, a estabilidade e a riqueza e integra os seguintes Estados-Membros: Angola, Botswana, União das Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

As informações contidas nesta publicação podem ser reproduzidas, utilizadas e partilhadas com pleno conhecimento do Secretariado da SADC.

@2020 SADC Secretariat

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A 6.ª Edição do presente Boletim oferece uma descrição geral da pandemia a nível global, continental e regional. Vários Estados-Membros da SADC desencadearam processos de levantamento das medidas sanitárias públicas, e não só, tendo em vista as suas economias em estado de depressão, que é o cerne do presente relatório, no qual apresentamos uma análise da relação custo-benefício do levantamento das medidas. Com efeito, realçamos a importância de se proceder a uma avaliação dos riscos de cada país, inclusive a nível sub-nacional, antes do levantamento do confinamento domiciliário obrigatório e de outras medidas. Os peritos afirmaram que o levantamento prematuro das medidas de confinamento domiciliário obrigatório pode conduzir a uma segunda vaga da pandemia, como se assistiu na Alemanha e na Coreia do Sul, entre outros, pelo que as Directrizes da OMS continuam a ser fundamentais.

Segundo Michelle Bachelet, Comissária das Nações Unidas para os Direitos do Homem, «caso a reabertura das sociedades seja mal gerida, todos os enormes sacrifícios consentidos durante o período inicial do confinamento domiciliário obrigatório terão sido em vão. No entanto, os danos causados aos indivíduos e às economias não serão apenas localizados, mas multiplicar-se-ão exponencialmente».

O relatório também apresenta alguns destaques dos testes realizados na Região da SADC, dando ainda maior ênfase à importância dos mesmos, cujo número continua a ser bastante baixa na maioria dos países da Região da SADC. À semelhança dos relatórios anteriores, continuamos a acompanhar a evolução socioeconómica que emana da COVID-19. Foi também feita referência à importância das TIC, como motor do crescimento económico e factor propiciador da continuidade das actividades nestes tempos difíceis.

### As principais recomendações contidas no relatório são resumidas a seguir.

- **Ajustamento das medidas de saúde pública e sociais**
  - O ajustamento das medidas não deve ser feito de uma só vez, mas deve ser considerado a nível local, começando pelas áreas com menor incidência. As medidas individuais básicas - por exemplo, isolamento e tratamento de casos suspeitos e confirmados, quarentena de contactos, higiene das mãos e etiqueta respiratória - devem ser preservadas.
  - Sempre que necessário, as medidas devem ser levantadas de forma controlada, paulatina e faseada, por exemplo, utilizando intervalos de duas semanas para identificar quaisquer efeitos adversos.
  - Na ausência de provas científicas sobre a eficácia de cada medida, como princípio geral, poderiam ser introduzidas em primeiro lugar e removidas em último lugar as medidas com o mais elevado nível de aceitabilidade e viabilidade e o menor

número possível de consequências negativas.

- A protecção das populações vulneráveis deve ser o elemento central do processo de tomada de decisão de manter ou levantar uma medida.
- Algumas medidas, por exemplo, o encerramento da actividade económica, poderiam ser levantadas em primeiro lugar nos locais em que a população ou a densidade populacional é inferior, e para uma parte da força de trabalho antes de autorizar que 100% da força de trabalho regresse a uma empresa.

- **Testes de diagnóstico da COVID-19**

Os Estados-Membros são encorajados a aumentar a sua capacidade de testes para poderem isolar, localizar contactos e tratar doentes, a fim de reduzir a propagação da COVID-19, concentrando-se, entre outros, nos que apresentam sintomas e nos vulneráveis.

- **Sector socioeconómico**

Os Estados-Membros são exortados a rever as prioridades reflectidas nas receitas orçamentais, nas despesas e no financiamento, a fim de satisfazer a procura de emergência relacionada com a COVID-19 e conter os défices orçamentais e o aumento da dívida pública a níveis controláveis.

- **Aumento da conectividade na SADC**

Os Estados-Membros são exortados a investir no aumento das capacidades de TIC a fim de assegurar a continuidade das actividades normais, que terão também repercussões em cadeia positivas para o crescimento económico.

# 1. SITUAÇÃO GLOBAL

Declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a 11 de Março de 2020, a COVID-19 tornou-se uma emergência mundial, dado o seu impacto na população e na economia mundiais. Até 13 de Maio de 2020, tinham sido notificados 4 170 424 casos a nível mundial, tendo-se registado 287 399 óbitos associados à doença.

A 10 de Maio de 2020, a OMS tinha enviado equipas internacionais de resposta a emergências para o Gana, África do Sul, Zâmbia, Senegal, Burquina Faso, Etiópia, Camarões, Argélia, República Democrática do Congo, Congo e Zimbabwe para apoiar esses países. A UNESCO, a UNICEF, o Banco Mundial e o PAM publicaram um quadro para a reabertura de escolas, que retrata o impacto do encerramento de escolas nas crianças, especificamente nas crianças marginalizadas. O quadro sublinha a importância da educação e dos factores a ter em consideração para um regresso seguro à escola, prestando conselhos sobre os pilares fundamentais, nomeadamente operações seguras, aprendizagem, além da protecção e do bem-estar dos grupos mais marginalizados

Figura 1

## Situation in numbers (by WHO Region)

Total (new cases in last 24 hours)

<b>Globally</b>	4 170 424 cases (81 577)	287 399 deaths (4 245)
<b>Africa</b>	49 429 cases (2 600)	1 500 deaths (51)
<b>Americas</b>	1 781 564 cases (37 847)	106 504 deaths (1 955)
<b>Eastern Mediterranean</b>	284 270 cases (10 243)	9 259 deaths (121)
<b>Europe</b>	1 780 316 cases (24 527)	159 799 deaths (1 918)
<b>South-East Asia</b>	110 932 cases (5 031)	3 746 deaths (149)
<b>Western Pacific</b>	163 201 cases (1 329)	6 578 deaths (51)

## 2. SITUAÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO E NA REGIÃO DA SADC

Em todo o continente, os países adoptaram uma série de medidas de controlo para se prepararem e responderem de forma abrangente à COVID-19. O objectivo das estratégias dos países em geral era controlar a pandemia, retardando a transmissão e reduzindo a mortalidade associada à COVID-19, sendo o objectivo último alcançar e manter um estado de baixo nível de transmissão ou de ausência de transmissão. Movidos pela situação epidemiológica local, alguns países estão em vias de expandir as medidas sociais e de saúde pública, enquanto outros estão a reduzir as medidas ou a ponderar reduzir essas medidas.

## 3. RESUMO DA SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA NOS ESTADOS-MEMBROS DA SADC

O número acumulado de casos nos Estados-Membros da SADC a 13 de Maio de 2020 era de 14 096, representando 28,5% do total de casos confirmados no continente africano, sendo que um total acumulado de 312 óbitos representa 21% do total de óbitos registados no continente. Quatro países da Região da SADC, a África do Sul (11 350 casos), a RDC (1 169 casos), a República Unida da Tanzânia (509 casos) e as Maurícias (332 casos)

representam aproximadamente 94% do volume total de casos na Região da SADC. De modo significativo, as Seychelles e as Maurícias registaram zero casos activos desde 11 de Maio de 2020 e 14 de Maio de 2020, respectivamente.

### 3.1 Medidas de controlo da COVID-19 adoptadas pelos Estados-Membros

Os Estados-Membros da SADC continuaram a adoptar medidas de controlo para atingir um nível baixo ou nenhuma transmissão com intensidade variável em função do cenário de transmissão que cada país enfrenta (ausência de casos, primeiros casos, agrupamentos de casos ou transmissão comunitária). Estas medidas incluíram, entre outras, identificação, testes, isolamento e cuidados para todos os casos, rastreio e quarentena de todos os contactos, saúde pública e medidas sociais a nível individual e comunitário. Muitos países da Região também adoptaram medidas adicionais de saúde pública e sociais (PHSM) em larga escala, incluindo restrições à circulação, encerramento de escolas e da actividade económica, quarentena em zonas geográficas e restrições às viagens internacionais.

À medida que alguns países se esforçam por flexibilizar ou reforçar as medidas de saúde pública e as decisões ligadas às medidas sociais devem basear-se em provas científicas e na experiência do mundo real e ter em conta outros factores críticos, tais como factores económicos, factores relacionados com a segurança, direitos humanos, segurança alimentar e sentimento e adesão do público às medidas.

### 3.2 Avaliação dos riscos antes do ajustamento das medidas de saúde pública e sociais

A decisão de introduzir, adaptar ou levantar medidas de saúde pública e sociais deve basear-se numa avaliação dos riscos com uma metodologia normalizada para estabelecer um ponto de equilíbrio entre o risco de medidas de relaxamento, a capacidade de detectar um ressurgimento de casos, a capacidade de gerir pacientes suplementares em instalações sanitárias ou outros locais e a capacidade de reintroduzir medidas de saúde pública e sociais, se necessário. Uma vez que o risco de transmissão da COVID-19 não é homogéneo num país, a avaliação do risco deve ser alargada ao nível local ou mesmo comunitário. A avaliação de risco deve abordar as seguintes questões:

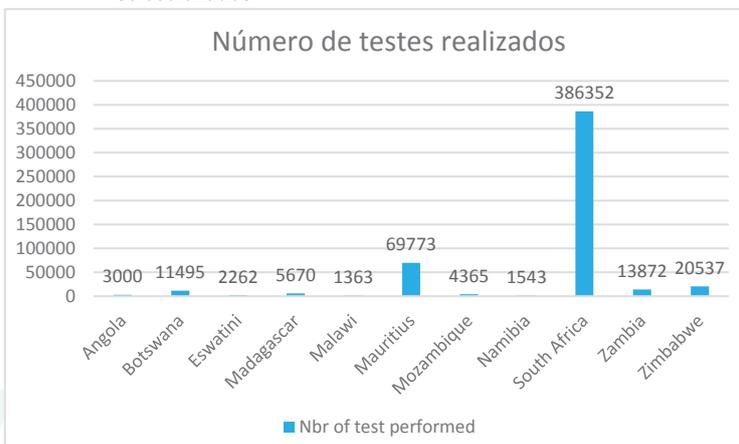
- Qual é o impacto provável do ajustamento das medidas de saúde pública e sociais em termos do risco de ressurgimento de casos?
- O sistema de saúde pública é capaz de identificar, isolar e cuidar dos casos e dos contactos de quarentena?
- O sistema de saúde pública é capaz de detectar rapidamente um ressurgimento de casos?
- O sistema de cuidados de saúde é capaz de absorver uma carga adicional de pacientes e prestar cuidados médicos em caso de ressurgimento?

### Recomendações para os Estados-Membros ao ponderarem a adaptação das medidas de saúde pública e sociais

- O ajustamento das medidas não deve ser feito de uma só vez, mas deve ser considerado a nível local, começando pelas áreas com menor incidência. As medidas individuais básicas - por exemplo, isolamento e tratamento de casos suspeitos e confirmados, quarentena de contactos, higiene das mãos e etiqueta respiratória - devem ser preservadas.
- Sempre que necessário, as medidas devem ser levantadas de forma controlada, paulatina e faseada, por exemplo, utilizando intervalos de duas semanas para identificar quaisquer efeitos adversos.
- Na ausência de provas científicas sobre a eficácia de cada medida, como princípio geral, poderiam ser introduzidas em primeiro lugar e removidas em último lugar as medidas com o mais elevado nível de aceitabilidade e viabilidade e o menor número possível de consequências negativas.
- A protecção das populações vulneráveis deve ser o elemento central do processo de tomada de decisão de manter ou levantar uma medida.
- Algumas medidas, por exemplo, o encerramento da actividade económica, poderiam ser levantadas em primeiro lugar nos locais em que a população ou a densidade populacional é inferior, e para uma parte da força de trabalho antes de autorizar que 100% da força de trabalho regresse a uma empresa.

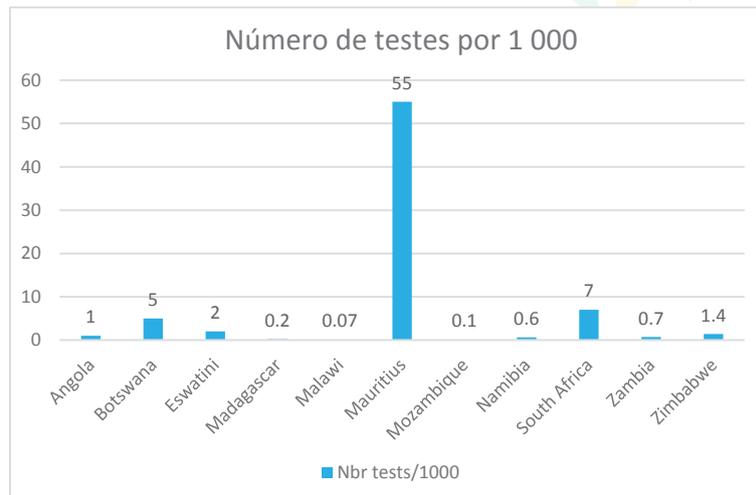
O levantamento ou ajustamento das medidas de saúde pública e sociais e deve ser associado a medidas destinadas a quebrar as cadeias de transmissão da COVID-19 através da detecção, teste, isolamento e tratamento de casos e contactos de quarentena. As provas verificadas na Região da SADC demonstram que, embora alguns países tenham aumentado significativamente a sua capacidade de testes, o nível de testes necessário para controlar eficazmente a transmissão do vírus continua a ser insuficiente. A Figura 2 infra ilustra o nível de testes verificados na Região da SADC em países seleccionados. A África do Sul, as Maurícias e o Zimbábwe realizaram o maior número de testes, representando um nível marginal de testes na Região da SADC.

Figura 2: Taxa de testes da COVID-19 realizados em países seleccionados



Fonte: Dados dos Estados-Membros da SADC publicados a 14 de Maio de 2020

Figura 3: Testes em cada 1 000 habitantes



Fonte: Dados dos Estados-Membros da SADC publicados a 14 de Maio de 2020

A Figura 3 supra apresenta uma análise mais aprofundada de testes que estão a ser realizados nos Estados-Membros da SADC por 1 000 habitantes. Ao ponderar os testes por dimensão da população, as Maurícias comandam a maior cobertura de testes. O gráfico acima mostra que, para cada 1 000 mauricianos, 55 foram submetidos a testes da COVID-19. Na África do Sul, para cada 1 000 habitantes, 7 foram submetidos a testes, enquanto no Botswana, para cada 1 000 habitantes, 5 foram submetidos a testes e são o segundo e o terceiro testes. As análises acima referidas sublinham a importância dos testes, especialmente os testes na proporção da população.

## 4. CRITÉRIOS PARA O LEVANTAMENTO GLOBAL DAS MEDIDAS SOCIAIS E DE SAÚDE PÚBLICA RECOMENDADOS PELA OMS

O presente relatório apresenta, em anexo, as recomendações da OMS sobre o sistema epidemiológico global, sistema de saúde e critérios de vigilância da saúde pública para o levantamento das medidas sociais e de saúde pública. Estes critérios não são prescritivos e, em alguns contextos, poderão não ser viáveis, por exemplo, devido à falta de dados.

Na medida do possível, os países devem concentrar-se nos critérios mais relevantes para a tomada de decisão. Os valores-limite são indicativos e poderão ter de ser revistos à medida que forem disponibilizadas mais informações sobre a epidemiologia da COVID-19. Recomenda-se a avaliação sistemática dos critérios, pelo menos semanalmente, a nível administrativo local, sempre que possível.

## 5. FLEXIBILIZAÇÃO DE MEDIDAS DE CONFINAMENTO: REEQUILÍBRIO ENTRE SALVAR VIDAS E RELANÇAR A ECONOMIA

O impacto da COVID-19, especialmente o encerramento das economias, deixou uma parte significativa da população mundial vulnerável, uma vez que os rendimentos secaram com poucas ou sem redes de segurança social. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) comunicou que, do número total de pessoas afectadas no mercado de trabalho, cerca de 1,6 mil milhões de trabalhadores do sector informal foram significativamente afectados por medidas de confinamento e/ou pelo trabalho nos sectores mais severamente atingidos.

Os regimes de confinamento adoptados, na maioria dos países, ajudaram a conter a propagação da COVID-19 e a reforçar os sistemas de saúde a fim de estarem mais preparados para um possível aumento das infecções. No entanto, foram prejudiciais para a economia, sobretudo para o sector informal, cuja subsistência ou rendimentos dependem ou não do seu funcionamento. Tendo em conta a restrição dos espaços fiscais e a situação orçamental deficitária da maioria dos governos, as despesas significativas relacionadas com a COVID-19 e as redes de segurança social inadequadas para salvaguardar os meios de subsistência das pessoas, especialmente do sector informal, resultaram no encerramento contínuo da economia, sob a designação de cenário "morrer de fome ou de vírus". Consequentemente, com um risco acrescido de depressão económica, os governos foram forçados a considerar o dilema político como uma opção de reabertura ou não ter custos e benefícios.

A flexibilização das restrições de confinamento e a reabertura das economias terá um impacto positivo na economia, mas comporta um custo social que se traduz num custo económico, uma vez que os governos seriam obrigados a agravar ainda mais os seus défices orçamentais e níveis de dívida. A reabertura da economia resultará numa actividade significativa nas economias que pararam durante o período de confinamento. Contudo, o lado negativo é o aumento do risco nas taxas de infecção, se não for bem gerido, o que exercerá pressão no sistema de saúde.

Portanto, é fundamental equilibrar entre a reabertura da economia e o nível de preparação do sistema de saúde para o aumento das infecções. A reabertura da economia deve ser feita a par dos esforços acrescidos para limitar a propagação do vírus até que seja encontrada uma vacina contra a COVID-19. A mitigação destes riscos implica assegurar a existência de blocos de construção «prontamente disponíveis da COVID-19», que incluem a realização de testes, rastreio e tratamento robustos. Estes blocos ajudarão não só a achatá-la curva, mas também a quebrar a curva. No entanto, a reabertura prematura da economia pode desencadear um surto incontrolável com graves custos socioeconómicos. É imperativo dispor de um plano global de reabertura com base em dados para garantir que a taxa de reabertura não provoque um surto.

Na região da SADC, os Estados-Membros adoptaram uma reabertura metódica e faseada das economias através de protocolos de saúde e segurança rigorosos da COVID-19. A flexibilização dos regulamentos de confinamento resultará no restabelecimento de mais de 20 por cento da actividade económica. Contudo, as economias ainda não estão fora de perigo, uma vez que os efeitos

socioeconómicos negativos do coronavírus persistem. A curto e médio prazo, as economias global e regional enfrentam o risco de um aumento das infecções que pode resultar na reintrodução de medidas extremas de distanciamento social ou confinamento. Os Estados-Membros precisarão de muitos recursos para reforçar a saúde pública, para o estímulo económico e para as redes de segurança social, o que irá colocar uma enorme pressão sobre os orçamentos.

## 6. ORIENTAÇÕES DA ONU SOBRE A RESPOSTA SOCIOECONÓMICA E A RECUPERAÇÃO

Num esforço para orientar os Estados-Membros, a ONU anunciou recentemente que a sua intervenção se centrará em cinco (5) eixos principais, que estão interligados por acções destinadas a responder à necessidade de sustentabilidade ambiental, para que os países possam recuperar e estar mais bem preparados para enfrentar futuros choques, incluindo pandemias. Portanto, é necessário que os Estados-Membros alinhem as suas respostas para beneficiarem da seguinte intervenção da ONU:

- proteger os serviços de saúde existentes e reforçar a capacidade de resposta dos sistemas de saúde à COVID-19;
- ajudar as pessoas a enfrentar a adversidade, através da protecção social e dos serviços básicos;
- proteger o emprego, apoiar as pequenas e médias empresas e os trabalhadores do sector informal através de programas de recuperação económica;
- orientar o impulso orçamental e financeiro necessário para que as políticas macroeconómicas funcionem em prol dos mais vulneráveis e reforçar as respostas multilaterais e regionais;
- promover a coesão social e investir na resiliência e nos sistemas de resposta liderados pela comunidade.

## 7. PERSPECTIVAS SOCIAIS E ECONÓMICAS

A grande recessão económica mundial provocada pela pandemia da COVID-19 afectará gravemente todas as regiões do mundo e a África não será poupada. Os países africanos serão afectados através de vários canais, nomeadamente, os canais do comércio e do turismo. Os confinamentos nacionais e parciais terão também um grande peso nas despesas de consumo. Face à pandemia da COVID-19, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a economia mundial se contraia acentuadamente em 2020 com uma contracção negativa de 3%, muito pior do que a crise financeira de 2008 e 2009. Além disso, as incertezas relativas à COVID-19 e à eficácia das políticas públicas destinadas a reduzir a sua dispersão estão a alimentar a volatilidade do mercado. O FMI projectou uma recuperação parcial em 2021, mas o nível de crescimento permanecerá abaixo da tendência antes da propagação do vírus, com considerável incerteza quanto à força da recuperação. No entanto, talvez seja possível obter piores resultados em termos de crescimento se a pandemia e as medidas de contenção durarem mais tempo. É provável que as economias emergentes e em desenvolvimento sejam gravemente atingidas se os encerramentos de empresas e o desemprego prolongado se prolongarem.

À medida que a pandemia se agravou, o impacto económico adverso foi revelado pela contracção das principais economias durante o primeiro trimestre de 2020. Os dados preliminares mostraram que as duas maiores economias mundiais, EUA e China, registaram contracções económicas históricas no primeiro trimestre de 2020 de 4.8 por cento e 6.8 por cento, respectivamente. Por outro lado, a economia da Zona Euro também registou uma contracção de 3.8 por cento no primeiro trimestre de 2020. A contracção deveu-se, em grande parte, ao confinamento por coronavírus a partir de meados de Março de 2020, que obrigou as empresas a fechar e os consumidores a ficarem em casa. A França, Espanha e Itália foram as economias mais contraídas, com a França a entrar em recessão.

O impacto da COVID-19 é significativamente grave nos sectores económicos que se esforçam por melhorar as interações humanas e as viagens. As medidas de distanciamento social e as restrições de circulação tiveram um impacto significativo nos sectores da aviação e do turismo. Com base nas medidas implementadas para conter a propagação da COVID-19 associada aos confinamentos, quarentena, proibições de viagens, encerramentos de fronteiras em todo o mundo e os padrões das crises anteriores (SRA 2003 e crise económica global de 2008), a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (UNWTO) estima que a chegada de turistas internacionais diminua entre 20 a 30 por cento em 2020. Isto traduz-se numa perda entre 300 a 450 mil milhões de USD em receitas (exportações) do turismo internacional, o que representa quase um terço dos 1,5 mil milhões de USD gerados globalmente no pior dos cenários. Para além disso, a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) prevê uma contracção do volume de passageiros de cerca de 48% para 2020, resultante em grande parte da recessão económica, das restrições de viagem, da alteração do comportamento dos consumidores em matéria de despesas e da perda de confiança nas viagens.

Globalmente, os governos têm investido bastante para reduzir os danos socioeconómicos mediante o fortalecimento dos sistemas de saúde e a mitigação da erosão da base económica, o que determinará a duração do período de recuperação. Enquanto a pandemia evolui, também evoluem as medidas tomadas pelos governos para o seu combate, o que, em última análise, terá impacto sobre os défices fiscais globais e individuais em 2020. As projecções do FMI para o endividamento público a nível mundial apontam para um aumento provável de 3,7% do PIB mundial em 2019 para 9,9% do PIB mundial em 2020. Nas economias desenvolvidas, o rácio do saldo orçamental em relação ao PIB deverá aumentar de 3,0% do PIB em 2019 para 10,7% do PIB em 2020; o rácio dos Estados Unidos deverá aumentar de 5,8% do PIB para 15,7% do PIB. Para as economias em vias de desenvolvimento, estima-se que o rácio do saldo orçamental em relação ao PIB aumente de 4,8% do PIB em 2019 para 9,1% do PIB em 2020.

### Recomendações

É necessário que os governos revejam as prioridades reflectidas nas receitas orçamentais, nas despesas e no financiamento, a fim de satisfazer as exigências de emergência da COVID-19 e conter os défices orçamentais e os aumentos da dívida pública, a níveis controláveis.

## 8. REFORÇAR A CONECTIVIDADE NA REGIÃO DA SADC

O COVID-19 demonstrou a necessidade crítica de tecnologias e soluções digitais inteligentes. Dados os efeitos do confinamento em muitos países dos serviços públicos, empresas tais como supermercados, farmácias e universidades têm recorrido ao reforço das suas capacidades digitais e tecnológicas para permitir o teletrabalho, transacções em linha, compras em linha, ensino em linha e telemedicina durante o período em causa. O papel de TIC durante este período é extremamente importante e, por conseguinte, deve ser reforçado para assegurar a continuidade das actividades. É igualmente importante assegurar a diversificação das fontes de energia para apoiar as infra-estruturas de TIC em diferentes contextos, tais como a instalação de redes solares em comunidades em que a electricidade é escassa. Os peritos projectaram que a pandemia da COVID-19 continuará num futuro previsível, pelo que o papel de TIC não pode ser subestimado.

### Recomendações

Os governos, o sector privado e as empresas devem investir no reforço das capacidades de TIC para assegurar a continuidade das actividades, o que terá também um efeito repercussivo positivo no crescimento económico.



**UMA (1) REGIÃO, 16 NAÇÕES, RUMO A UM FUTURO COMUM**

 [www..sadc.int](http://www.sadc.int)
 [sadc\\_secretariat](https://www.instagram.com/sadc_secretariat)
 [facebook.com/sadc.int](https://www.facebook.com/sadc.int)

 [@SADC\\_News](https://twitter.com/SADC_News)
 [prinfo@sadc.int](mailto:prinfo@sadc.int)
 [youtube.com/sadc.int](https://www.youtube.com/sadc.int)



Southern African Development Community (SADC), SADC House, Plot No. 54385  
 Central Business District, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana  
 Tel: +267 395 1863, Fax: +267 397 2848/3181070, Website: [www.sadc.int](http://www.sadc.int)  
 Email: [prinfo@sadc.int](mailto:prinfo@sadc.int) or [registry@sadc.int](mailto:registry@sadc.int) or [webmaster@sadc.int](mailto:webmaster@sadc.int)

